

# NARRATIVAS

## SOBRE O PERIGO:

A DESAPROPRIAÇÃO DO ENGENHO GALILÉIA E  
AS LIGAS CAMPONESAS (1959-1964)

Pablo Francisco de Andrade Porfírio<sup>1</sup>

### O Engenho Galiléia e o Palácio Joaquim Nabuco

Terça-feira, 1º de dezembro de 1959. Às 14 horas desse dia, no Palácio Joaquim Nabuco, sede do poder legislativo do Estado de Pernambuco, teve início a 165ª sessão da primeira sessão ordinária da quinta legislatura. Na pauta estava o projeto n. 264, de autoria do deputado Carlos Luís de Andrade<sup>2</sup>, que tinha por finalidade autorizar a desapropriação do Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata do Estado, em favor dos camponeses que lá moravam e trabalhavam<sup>3</sup>.

Os trabalhadores rurais moradores do Engenho Galiléia, em sua maioria, pagavam o foro, que era uma espécie de aluguel cobrado mensalmente pelo uso da terra, e, no final da

década de 1950, esses camponeses enfrentavam cada vez mais dificuldades para conseguir saldar o valor estabelecido. Para que pudessem socorrer uns aos outros em períodos de necessidade, como no momento do enterro dos mortos, onde se utilizava um caixão coletivo da prefeitura, que logo após o sepultamento era devolvido para ser posteriormente reutilizado, esses camponeses resolveram criar uma associação de ajuda mútua, a qual recebeu o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP)<sup>4</sup>.

Fernando Azevedo, em seu estudo sobre as Ligas Camponesas, afirma que, a princípio, o senhor Oscar Beltrão, dono do engenho, teria recebido e aceito o convite para ser presidente de honra daquela Sociedade Agrícola. Contudo, após ter sido alertado de um possível caráter comunista da mesma, o dono do engenho ordena o fechamento da SAPPP. Os camponeses não acataram tal ordem e passaram a buscar auxílio de autoridades públicas, a fim de lhes ajudar no conflito com o senhor Oscar Beltrão<sup>5</sup>.

Os trabalhadores formaram uma comissão que visitou o governador Cordeiro de Farias, alguns advogados, assim como procuraram apoio na Assembléia Legislativa, sem obter sucesso algum. Contudo, em meio a essa procura por ajuda, foi indicado a esses camponeses o nome de Francisco Julião, bacharel em direito e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os trabalhadores, então, fizeram uma visita à casa de Julião, expuseram seus problemas e no final da conversa o deputado estadual pelo PSB aceitou trabalhar na defesa dos interesses dos foreiros do Engenho Galiléia<sup>6</sup>.

Na segunda metade da década de 1950 a mobilização dos camponeses por melhores condições de vida passou a ser tema da imprensa, principalmente a partir da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, cujos debates procuraram desassociar a questão da seca dos aspectos geográficos. Um outro evento que contribuiu para dar destaque à luta dos trabalhadores rurais foi o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, o qual foi organizado pela SAPPP e teve a participação de aproximadamente 3 mil camponeses<sup>7</sup>. Essa mobilização ganhou amplo destaque na imprensa de Pernambuco, que passou a noticiar as ações dos camponeses e nomear de Ligas Camponesas as Sociedades Agrícolas. O termo é uma referência às organizações rurais estruturadas pelos comunistas na década de 1940, com o objetivo de tentar realizar uma reforma agrária<sup>8</sup>.

O Congresso ajudará, de forma decisiva, a tornar cada vez mais conhecida a organização dos camponeses do Engenho Galiléia. Além disso, utilizando-se de cordéis cantados nas feiras livres dos municípios do interior, de panfletos e de reuniões para mobilizar os camponeses, o parlamentar socialista Francisco Julião passou a apoiar a organização de novas Sociedades Agrí-

colas (denominadas de Ligas Camponesas) em vários municípios. O objetivo das novas Sociedades Agrícolas não era mais de ajuda, como fora a primeira criada no Engenho Galiléia, mas de lutar por uma nova distribuição da terra, ou seja, por uma reforma agrária<sup>9</sup>.

Em 1957, o deputado Francisco Julião apresentou um projeto na Assembleia Legislativa estadual para desapropriar as terras do Engenho Galiléia em favor dos foreiros, que estavam sendo constantemente ameaçados de expulsão<sup>10</sup>. O texto não foi aprovado, mas a luta continuou durante toda a segunda metade da década de 1950, até que, em 1959, um novo projeto foi apresentado, agora pelo deputado Carlos Luís. Era o projeto n. 264.

No período da tarde do dia 1º de dezembro de 1959 a sessão do poder legislativo foi aberta e teve início o debate acerca da desapropriação do Engenho Galiléia. Esse não era um debate recente no plenário, pois fazia alguns meses que os deputados discutiam sobre a questão<sup>11</sup>. Porém, especificamente naquele dia, o referido projeto estava em pauta para ser votado e ao final daquela tarde foi aprovado em 1º turno<sup>12</sup>.

As galerias do plenário encontravam-se repletas de foreiros do Engenho Galiléia e de outros trabalhadores. O deputado Carlos Luís de Andrade, antes da realização da votação, pede a palavra para justificar mais uma vez o seu projeto:

Todos aqueles que têm um pouco de consciência neste país, e de perspectiva política, já compreenderam ser impossível uma Nação marchar sem que haja o mínimo de justiça àqueles que, nos campos, trabalham para que o Brasil seja mais rico ou menos pobre.<sup>13</sup>

O discurso do deputado coloca a questão da desapropriação como sendo algo não apenas local, mas busca conferir a ela uma dimensão nacional. Da resolução de questões como essa dependia o desenvolvimento da “Nação”, segundo Carlos Luís. Ele também, provavelmente, sabia que o caso dos foreiros do Engenho Galiléia, com sua Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, havia repercutido em várias regiões do país. Isso ocorreu especialmente por meio das reportagens feitas pelo jornalista Antônio Callado, para o jornal *Correio da Manhã*, a partir de uma visita realizada por ele a Pernambuco, em 1959<sup>14</sup>, na qual, em companhia de Francisco Julião, Callado teve a oportunidade de conhecer e posteriormente escrever sobre as condições de vida dos camponeses daquele engenho e suas lutas por melhorias. Sendo assim, a fala do deputado Carlos Luís estava inserida em um debate, não restrito ao nível estadual ou regional, acerca da desapropriação do Engenho Galiléia.

## Às 14 horas...

No dia 7 de dezembro de 1959, as galerias do plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco voltaram a ser ocupadas pelos camponeses, pois o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia estava novamente na pauta de discussão. Os trabalhadores rurais nutriam, mais uma vez, a expectativa de presenciar a resolução do problema da posse da terra naquele engenho.

Às 14 horas tiveram início os trabalhos legislativos. Os debates dessa tarde giraram em torno, principalmente, do projeto n. 264, cujo objetivo era a desapropriação do Engenho Galiléia, e do projeto n. 332, que propunha isentar de impostos de vendas e consignação os gêneros alimentícios considerados de primeira necessidade<sup>15</sup>.

Contudo, desde o início já poderia se perceber que aquela sessão seria uma das mais concorridas e as discussões bastante acaloradas. A movimentação dentro e fora da assembleia era intensa. Nas galerias, tomadas por trabalhadores, aumentava a expectativa em torno do desenrolar da sessão. O entra e sai do plenário, por parte dos deputados, era constante. Os debates são iniciados, e o deputado Cunha Primo, do Partido Republicano Trabalhista (PRT), tece as primeiras considerações acerca da desapropriação do Engenho Galiléia. O deputado Carlos Luís também discursa e requer urgência para o projeto n. 264<sup>16</sup>.

Em seguida, o deputado Eudes Costa ocupa a tribuna e passa a discutir um outro assunto da pauta do dia, ou seja, o projeto que propunha isentar os gêneros alimentícios de primeira necessidade dos impostos de vendas e consignação. No decorrer do seu discurso, o orador é interrompido pelo presidente da sessão para fazer votar um requerimento de autoria do sr. Carlos Luís de Andrade pedindo preferência para a discussão e votação em segundo turno do projeto n. 264<sup>17</sup>.

Essa atitude provocou uma série de manifestações de desacordo por parte de alguns deputados<sup>18</sup>, os quais não necessariamente eram contrários ao projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, tendo em vista a votação da matéria em primeiro turno, na qual esses parlamentares deliberaram a favor do projeto n. 264. Nessa disputa não podemos identificar os grupos pró e contra a desapropriação como sendo governistas e oposicionistas ou, simplesmente, de direita e de esquerda. Para a questão do Engenho Galiléia essas divisões políticas pouco funcionavam, pois parcelas das bancadas, que apoiavam o governo ou faziam oposição ao mesmo, poderiam estar a favor ou contra o projeto de desapropriação. A luta parecia ser voto a voto entre os parlamentares, os quais ainda sofriam pressão dos camponeses presentes

nas galerias e corredores da Assembléia. Um deputado que se declarasse a favor em um turno da votação, depois poderia ser convencido a votar contrariamente à desapropriação, assim como posteriormente poderia voltar a se declarar favorável ao projeto.

A documentação não nos possibilitou saber se o deputado votava atendendo à orientação do partido ou movido por outros interesses. Contudo, as análises de alguns votos nos mostram que as bancadas em nenhum momento se comportaram como um bloco a favor e outro bloco contra a desapropriação.

Na votação do primeiro turno, no dia 1º de dezembro de 1959, os deputados do Partido Social Democrático (PSD), integrantes da bancada de oposição ao governo estadual, apresentaram metade dos seus seis votos favoráveis ao projeto de desapropriação que tinha o apoio do executivo estadual<sup>19</sup>. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), integrante da frente política que elegeu o então governador Cid Sampaio participou da votação em primeiro turno com sete votos, sendo quatro contrários ao projeto de desapropriação<sup>20</sup>, ou seja, mais da metade dos deputados desse partido se posicionaram contrários a uma matéria de interesse do executivo estadual. Ainda nessa primeira votação, a União Democrática Nacional (UDN), partido ao qual estava filiado o governador, apresentou apenas dois votos, sendo um a favor e outro contra o referido projeto<sup>21</sup>.

Talvez essa imprevisibilidade das votações também contribuisse para os impasses criados no transcorrer da reunião plenária do dia 7 de dezembro de 1959, visto que, constantemente, alguns dos deputados se retiravam da sessão e realizavam pequenas reuniões na tentativa de elaborar estratégias, principalmente, para impedir ou adiar uma possível aprovação<sup>22</sup>.

Acerca dessa situação o deputado Murilo Costa Rego (PTB) afirmou o seguinte:

A bancada da oposição que tem posição definida a respeito deste assunto, como tem a nossa aqui, dos ilustres deputados governistas, são pela aprovação do Projeto Galiléia (...) existem também deputados dos dois lados que, com razão ou não, pensam o contrário.<sup>23</sup>

A fala do deputado Murilo Costa Rego, em princípio, critica a diversidade das posições políticas dos parlamentares em torno da desapropriação do Engenho Galiléia; ao mesmo tempo apresenta a bancada governista, da qual fazia parte, como sendo majoritariamente a favor do projeto. Posição idêntica teriam os parlamentares da oposição. Esse fragmento do discurso do deputado nos revela como as posições quanto à temática em discussão naquela sessão legislativa transcendem tanto as orientações dos partidos governistas como as dos partidos de oposição.

O próprio PTB, partido a que pertencia o deputado Murilo Costa Rego, na votação em segundo turno, apresentou um voto desfavorável ao projeto de desapropriação, o qual se juntou a outro de um deputado da UDN, perfazendo dois de um total de dez votos contrários, ou seja, 20% do total dos votos que se opuseram ao projeto de desapropriação vinham da base aliada, a qual, em princípio, apoiaria o projeto. Esses votos apontam que, ao contrário do início da afirmação do deputado Murilo Costa Rego, a base de apoio ao projeto parecia não ter uma posição tão definida.

Os debates e os posicionamentos acerca do projeto de desapropriação podem ser considerados como um acirrado combate, no qual a posição política de cada deputado, antes de ser um simples voto a favor ou contra a orientação do executivo estadual, remete a outros níveis de apoio político. Essa votação coloca também em questão uma série de temas como propriedade, família e religião, considerados como alvo de ataque dos comunistas, que estariam participando do processo de desapropriação.

Mas, voltemos à sessão parlamentar daquele dia 7. O requerimento solicitando preferência para o projeto n. 264 é aprovado, já no final da tarde. Os foreiros do Engenho Galiléia permaneciam nas galerias, que haviam sido ocupadas com antecedência ao início da sessão<sup>24</sup>. Alguns parlamentares se ausentavam constantemente do plenário. Isso provocava, além de uma insuficiência de quórum para dar prosseguimento às votações, muitas discussões e acusações entre os deputados.

Em razão dessas ausências, o presidente Antonio Neves (PTB) encerra a sessão e convoca uma outra para as 21 horas. A finalidade dessa nova sessão consistia em votar o requerimento de urgência formulado pelo deputado Carlos Luís de Andrade para o projeto de desapropriação, bem como o debate e votação final, caso fosse concedida a urgência<sup>25</sup>. Além disso, podemos pensar que nesse intervalo novas negociações políticas devem ter ocorrido, em face das diferentes pressões dos diversos grupos para os quais a matéria era tida como relevante.

## Às 21 horas...

Às 21 horas do dia 7 de dezembro teve início a 39ª sessão extraordinária da quinta legislatura. Os trabalhadores rurais permaneciam nas galerias e nos corredores da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, esperando, ainda naquele dia, por uma decisão aguardada há quatro anos. A situação não parecia tão favorável visto que já passava das 9 horas da noite e o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia ainda precisava ser aprovado nas votações do segundo e terceiro turnos.

O deputado Carlos Luís de Andrade inicia os debates mais uma vez justificando o seu projeto e também o seu requerimento de urgência. Realizada a votação e, em meio às várias discussões, é concedida a urgência.

Por volta das 22 horas, realiza-se em segundo turno a votação do projeto<sup>26</sup>. Ao todo, 30 deputados participaram da mesma. A expectativa dos trabalhadores era grande. Os votos contra e a favor alternavam-se e conseqüentemente fortaleciam ou enfraqueciam a esperança de vitória dos camponeses. Além disso, a cada voto, um significado poderia estar sendo atribuído à desapropriação do Engenho Galiléia, seja pelos foreiros do engenho que ocupavam as galerias, seja pelos deputados, ou ainda por outras pessoas presentes no plenário. No final, com 20 votos a favor e 10 contra, o projeto de desapropriação estava aprovado em segundo turno<sup>27</sup>.

A mobilização e as reivindicações dos camponeses não apresentavam ali o seu primeiro momento de discussão. Nem o problema do Engenho Galiléia com os seus foreiros estava sendo discutido pela primeira vez. Nos anos de 1959 e de 1960 os debates acerca das condições de vida e das mobilizações dos trabalhadores rurais no Brasil foram intensos, principalmente aqueles que abordavam a região Nordeste.

## Um minuto para algumas considerações

A questão do Engenho Galiléia e as ações das Ligas Camponesas, com a mobilização de trabalhadores rurais, estavam ocupando cada vez mais as páginas da imprensa local e nacional no final da década de 1950 e início dos anos 1960.

Em 1959, as reportagens de Antônio Callado, anteriormente citadas, obtiveram uma ampla repercussão no país ao abordarem aspectos da vida e da luta dos camponeses do Nordeste, notadamente em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia.

Nessas reportagens, o Nordeste apresentado por Callado era uma região miserável e que estava sendo palco, principalmente em Pernambuco, de uma intensa mobilização social. Afirmava o jornalista do *Correio da Manhã*:

O povo, esse é ainda semi-escravo como qualquer investigação das Nações Unidas o comprovaria. Só em Pernambuco, no engenho Galiléia, para maior exatidão, já conseguiram livrar-se de uma situação que é uma vergonha para todo brasileiro. A revolução do Galiléia foi extremamente branda, por parte dos revoltados, e teve um final bacharelesco aos cuidados do deputado Francisco Julião. Mas num Estado como o Ceará, nada mais fácil de que imaginar um levantamento verdadeiramente colérico de

massas. É de espantar que ainda não tenha havido nenhum e de esperar que alguém em breve se anime.<sup>28</sup>

Antes mesmo da possível desapropriação do Engenho Galiléia, que ainda tramitava como projeto na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Antônio Callado já considerava a organização dos camponeses, sob a liderança de Julião, através da SAPPP, como sendo uma revolução, branda, porém funcional, visto que aqueles trabalhadores teriam se livrado de uma situação de semi-escravidão.

O objetivo dos foreiros do Engenho Galiléia, a desapropriação do engenho, ainda não tinha sido alcançado. Contudo, os camponeses já tinham conseguido se organizar, por meio das Ligas Camponesas, e obtido algumas melhorias nas suas condições de vida e de trabalho, enfrentando, para isso, muitas vezes o proprietário do engenho. É nesse aspecto que estaria a funcionalidade apresentada na reportagem para a chamada “revolução do Galiléia”.

Antônio Callado afirmava que uma das características de uma revolução seria o levante violento dos trabalhadores. Isso não teria acontecido no Engenho Galiléia, no entanto aqueles camponeses estavam conseguindo melhorar suas condições de vida e trabalho. Contudo, o jornalista deixava ainda uma ameaça “no ar”, ao afirmar que em um Estado como o Ceará facilmente poderia haver “um levantamento verdadeiramente colérico de massas”, e esperava que isso acontecesse em breve.

Nessa mesma reportagem, ainda sobre o Engenho Galiléia, afirmou o jornalista, em outro parágrafo: “A grande miséria do nosso lavrador nunca permitiu a invenção de formas graciosas de vida ou de formas úteis de insurreiçã. Esperamos que o engenho Galiléia seja um novo ponto de partida”<sup>29</sup>.

Callado defendia que a organização dos trabalhadores rurais naquele engenho seria o ponto de partida para uma série de mobilizações de outros trabalhadores rurais. Esses teriam a partir daquele momento um exemplo vitorioso a ser seguido.

Alguns dos leitores dessas reportagens, cercados por tantas informações, devem ter começado a perceber e acreditar em um Nordeste onde os trabalhadores rurais se organizavam para conquistar mudanças em suas precárias condições de vida. Por outro lado, essas matérias podem também ter representado, para muitas pessoas, um Nordeste às vésperas de uma convulsão social, com potencialidade para se alastrar para outras regiões do Brasil, já que, segundo Antônio Callado, o movimento das Ligas Camponesas

irradia-se para a Paraíba e se alastrará pelo nordeste em geral, mas o cuidado do seu mentor, o deputado Francisco Julião, é fazê-lo irradiar-se por meios



mais sofisticados e a direção por ele escolhida é a do Sul do país. Julho, quando estive com ele no Caxangá e em Galiléia, esperava emissário seu aos socialistas de São Paulo ligados à agricultura e aos meios rurais do Paraná, onde cresce sempre a revolta contra o governador Lupion e suas imobiliárias de grileiros.<sup>30</sup>

Essas reportagens influenciaram na produção de diversas imagens, gerando uma série de comportamentos sociais, pois como nos diz Certeau, “o discurso produz então efeitos”<sup>31</sup>. Em alguns leitores, a reportagem pode ter produzido uma indignação em face da situação de extrema pobreza daqueles trabalhadores. Outros podem também ter se indignado, porém ficaram receosos com o possível caráter revolucionário, apresentado pelo jornalista. Ou, ainda, devem ter existido aqueles que consideravam a organização dos camponeses no Engenho Galiléia como algo que subvertia a ordem, uma atividade de cunho comunista, e por essa razão deveria ser reprimida.

As reportagens publicadas no *Correio da Manhã* foram reproduzidas e comentadas em diversos jornais do Brasil. Além disso, foram debatidas na Câmara Federal e transcritas em seus anais. As sessões na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em dezembro de 1959, debatiam a desapropriação das terras daquele engenho levando também em consideração a referida reportagem.

## **Voltemos ao Palácio Joaquim Nabuco, às 23h20...**

De volta a sessão plenária do dia 7 de dezembro de 1959. Em razão da urgência concedida para o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia restava agora a votação em segundo turno. Já se aproximava da meia noite, quando a 39ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura chegava ao fim. Nessa, os deputados além de aprovar o projeto em segundo turno, também deliberaram acatar um requerimento que solicitava a convocação de uma sessão extraordinária com a finalidade de discutir e votar em terceiro turno o mencionado projeto<sup>32</sup>. Com caráter de urgência, a 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura foi iniciada às 23 horas e 20 minutos, ainda do dia 7 de dezembro<sup>33</sup>.

O caráter de urgência concedido às votações, por meio da aprovação de um requerimento legislativo, não estava presente apenas no plenário do Palácio Joaquim Nabuco. Ele se manifestava também no Engenho Galiléia, mais especificamente na condição de vida dos camponeses, que precisam urgentemente de um resultado favorável na votação do projeto de desapropriação, principalmente a partir dos últimos acontecimentos, ocorridos no dia 19 de

novembro de 1959. Nessa data, o juiz José Albino, da Comarca de Vitória de Santo Antão, concedeu ganho de causa ao senhor Oscar de Arruda Beltrão por uma ação de despejo movida contra os foreiros que não estivessem pagando o foro naquele engenho.

O processo se arrastava na justiça havia quatro anos, contudo agora os camponeses, cujo pagamento do foro não estivesse em dia, estavam intimados a deixarem as terras após sentença judicial.

A situação a cada dia ficava mais tensa. Os foreiros se negavam a cumprir a ordem judicial e prometiam lutar para permanecer naquelas terras. Julião, por sua vez, anunciava um banho de sangue, caso ocorresse a tentativa de se cumprir aquela ordem judicial. No decorrer do mês de novembro, os jornais em Pernambuco, assim como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, antecipavam o eminente conflito, cujo campo de batalha seria o Engenho Galiléia<sup>34</sup>.

Tendo ou não condições de resistir a uma possível execução da ordem de despejo, Francisco Julião anunciava no *Diário de Pernambuco*:

As ligas concentrarão todos os seus efeitos para o primeiro banho de sangue no governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consume nova injustiça contra os moradores do Galiléia (...) é mais honroso morrer resistindo a tudo para não deixar a terra, do que tombar de fome.<sup>35</sup>

Dando vez às idéias e às promessas de Julião, Antônio Callado publicou no *Correio da Manhã*: “A única esperança razoável de que o despejo dos ‘galileus’ não vá derramar o primeiro sangue de brasileiros na luta pela reforma agrária, é a aprovação pela Assembléia de Pernambuco, do projeto de desapropriação”<sup>36</sup>.

A cada momento, a luta dos camponeses tornava-se mais difícil. As ameaças e a pressão exercidas pelo proprietário do engenho, juntamente com a polícia local, intensificavam-se. Os encaminhamentos daquela situação pareciam mais indefinidos.

Essa indefinição também permeava o pensamento dos deputados e dos trabalhadores que aguardavam o resultado da sessão, na qual se votaria, em terceiro e último turno, o projeto de desapropriação. A expectativa no plenário era grande. Tinha sido um dia de muitos debates e incertezas. A 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura é iniciada às 23 horas e 20 minutos daquele 7 de dezembro de 1959.

Não havia ata para ser lida, pois a mesma não tinha sido concluída, devido à exigüidade de tempo provocada pelo excesso de sessões. Não ocorreram também debates, visto que nenhum deputado fez uso da palavra. O

senhor presidente, mediante a ausência de discussões, deu início à votação em terceiro turno<sup>37</sup>.

O relógio caminhava paralelo à contagem dos votos. O dia 8 já se aproximava, mas também se aproximava para os camponeses uma decisão acerca da desapropriação ou não daquelas terras. O ritmo do relógio era constante, contudo o da votação era urgente para aqueles foreiros.

Finda a votação, a desapropriação do Engenho Galiléia tinha sido aprovada em terceiro turno. A alegria entre os trabalhadores rurais, que ainda ocupavam as galerias, deve ter sido intensa, afinal para eles a aprovação era também uma vitória da luta pela reforma agrária.

Algumas reações ao resultado daquela sessão foram imediatas. Os deputados Aduino José (UDN), Miguel Santos (PSD) e Francisco Falcão (PTB) pediram a palavra e solicitaram a consignação em ata de que votaram contrariamente àquele projeto e às suas respectivas emendas. Na sessão seguinte o deputado Drayton Nejaim, do Partido Social Progressista (PSP), justificou a sua ausência na votação noturna e afirmou que se lá estivesse votaria de forma contrária, porque considerava aquela ação um precedente perigoso criado para um Estado pobre como Pernambuco<sup>38</sup>.

O projeto do Engenho Galiléia seguia agora para a sanção ou não do governador Cid Sampaio. Contudo, o discurso do deputado Drayton Nejaim já indicava um dos significados atribuídos à desapropriação daquele engenho, ou seja, de que tal ação colocava todo o Estado em perigo. Mas em que consistia esse perigo? Como o mesmo foi sendo produzido?

## **“Ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha”**

Após a aprovação do projeto de desapropriação das terras do Engenho Galiléia na Assembléia Legislativa não ocorreu um intenso debate na imprensa como era de se esperar. Entendemos que o silêncio da imprensa, notadamente do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Pernambuco*, em relação à decisão dos parlamentares não deve ser percebido como um posicionamento de indiferença ou de pouco interesse pelo tema. Mas podemos pensar duas questões em relação ao comportamento de grande parte da imprensa. A primeira implicava a idéia de que o silêncio não era o reconhecimento de uma derrota. O *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco* não disponibilizariam parte de suas páginas para divulgar conquistas de trabalhadores rurais, que contrariavam interesses políticos, econômicos e sociais de setores da sociedade, os quais representavam de maneira predominante. Além disso, essa conquista ainda não era definitiva, visto que o governador Cid Sampaio precisava sancionar o

projeto e, até ser dada a sanção, os grupos contrários à desapropriação poderiam conseguir o veto do governador.

Uma segunda questão implicava a idéia de que mesmo sem ter ocorrido uma discussão sobre a desapropriação do Engenho Galiléia, havia, em parte da imprensa, todo um debate que já buscava direcionar o olhar do leitor acerca das mobilizações e das reivindicações dos camponeses.

Um dos debates que se intensificou na imprensa no início da década de 1960 procurava estabelecer uma relação entre a ação dos camponeses e os incêndios ocorridos nos canaviais. Estes, principalmente no período da estiagem, ficavam bastante vulneráveis ao fogo, cujo início podia ser provocado por qualquer fagulha ou ponta de cigarro. Por outro lado, para facilitar o corte, assim como para aumentar a área cortada, alguns trabalhadores ateavam fogo nas plantações. Contudo, esses incêndios, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, foram amplamente noticiados na imprensa e registrados pela polícia como um ato criminoso realizado por pessoas que estariam ligadas aos comunistas<sup>39</sup>.

Em 14 de janeiro de 1960, o *Diário de Pernambuco* noticiava: “Volante da P.M. capturou mais quatro incendiários de canaviais, em Ribeirão”<sup>40</sup>. No decorrer da matéria são registradas algumas declarações concedidas pelos ditos incendiários à polícia. Segundo o jornal, Possidônio Alves, um dos que havia sido preso, trabalhava no Engenho Santa Luzia e idealizou panfletos distribuídos com os seguintes dizeres; “Ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinho”<sup>41</sup>.

A reportagem não faz nenhuma referência de que o trabalhador Possidônio Alves pertencia às Ligas Camponesas ou que estaria envolvido com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contudo, a sua ação e as suas declarações à imprensa nos remetem a pensar que muitos trabalhadores possivelmente se apropriaram da prática das queimadas para buscar pressionar os seus patrões a conceder melhores salários pelo seu trabalho, independentemente de estarem ou não engajados em algum movimento social.

Essa era uma das várias táticas elaboradas e executadas pelos camponeses para sobreviverem à miséria, como também para pressionar seus patrões por melhorias materiais nas condições de vida. Apesar do *Diário de Pernambuco* ser um jornal que se mostrava muito favorável ao discurso dos usineiros e senhores de engenho, na reportagem do dia 14 de janeiro de 1960 esse periódico descreve a exploração de que era alvo o trabalhador rural Severino José da Silva, preso e acusado de ser incendiário:

(...) assim agira por ser um homem revoltado. Residindo no Engenho Santa Luzia recebia constantes maus-tratos do barraqueiro; comprava 200 gra-

mas de carne, mas apenas recebia 100. Ultimamente, estando sua esposa grávida, foi ao administrador do engenho pedir dinheiro adiantado, sendo surpreendido com a seguinte resposta: “menino de pobre se embrulha em estopas”. Diante disso, e desesperado, ateou fogo consecutivas vezes em canaviais; e não só fez isso como também conseguiu companheiros para a tarefa.<sup>42</sup>

Essa reportagem, surpreendentemente, apresentava a idéia de que os incêndios e os altos níveis de exploração social se encontravam relacionados. Diante dessa argumentação, alguns leitores podem ter pensado as queimadas como uma resposta à violência constante praticada pelos donos de engenhos.

Contudo, outras pessoas podem ter acreditado que os incêndios eram sinônimo de agitação social e incorporado o discurso de parte da imprensa e da polícia, o qual instituía o lugar de criminoso para os camponeses e, por conseguinte, apresentava aquela ação como um crime. Além disso, o panfleto distribuído pelo camponês Possidônio Alves com o dizer “ou paga sessentinha pelo corte ou moa queimadinha” reforçava a idéia de que parte dos trabalhadores rurais estava disposta a colocar Pernambuco em chamas, caso não fossem atendidos em suas exigências.

Por sua vez, os senhores de engenho procuravam estabelecer uma relação direta entre a ação desses trabalhadores com as atividades subversivas das Ligas Camponesas. Os donos dos engenhos afirmavam que o trabalhador pobre sempre existiu, mas esse não agia de forma revoltada, o que teria passado a ocorrer como consequência da propaganda comunista e das Ligas Camponesas. Luiz Gonzaga Xavier de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco, afirma em declaração à imprensa que os incêndios eram criminosos. Além disso, afirmava que:

Quanto ao grande número de incêndios ocorridos nos canaviais pernambucanos, nos últimos tempos, afirmou que embora reconheça a possibilidade de existir alguns casos acidentais, quase a totalidade é provocada por elementos subversivos que procuram desacreditar a agricultura (...) somos contrários a métodos reconhecidamente subversivos, como os usados, atualmente, no Estado, através das Ligas Camponesas, que procuram desestimular o trabalho agrícola, provocando consequências desastrosas à economia agrária de Pernambuco e um clima de insegurança e intranquilidade generalizado.<sup>43</sup>

Para os proprietários rurais, assim como para uma parcela da população, havia uma relação direta, no início dos anos 1960, entre subversão, Ligas

Camponesas e incêndios nos canaviais, que concorriam para a intranquilidade social e a insegurança. Pernambuco, dessa forma, era considerado como um Estado perigoso, que estava sendo tomado por incendiários subversivos, os quais estariam provocando o medo em parcela da sociedade. Assim, a ausência de um debate na imprensa acerca da aprovação da desapropriação do Engenho Galiléia não significou a inexistência de produção de sentidos para tal decisão do legislativo estadual. As reportagens sobre os incêndios nos canaviais tentavam mostrar que havia uma relação entre as queimadas e a intencionalidade de atos criminosos e subversivos, cujo objetivo era desestruturar a produção agrícola no Estado.

Desse modo, os incêndios, que poderiam ser acidentais ou um acordo entre patrões e empregados para apressar a moagem, em grande medida passaram a ser tomados por setores da sociedade como indício de uma ação criminosa desenvolvida por grupos de trabalhadores pobres, cuja atitude, incentivada, segundo esses setores, pelas Ligas Camponesas e pelos comunistas, colocava em perigo a economia de Pernambuco.

## Uma operação para o Nordeste

Paralela aos debates ocorridos na Assembléia Legislativa de Pernambuco, desenvolvia-se também, nas instituições federais, toda uma disputa em torno do Nordeste. Em 1958, uma intensa seca tinha atingido os Estados dessa região. As condições de vida e trabalho dos camponeses, que eram, em geral, de muita pobreza, foram agravadas pela ausência de chuvas. As migrações de famílias de trabalhadores fugindo dos locais atingidos pela seca eram constantes. Elas dirigiam-se para as capitais dos Estados ou mesmo para cidades do Sudeste do Brasil. Em meados da década de 1950, quase um terço da população do Brasil vivia no Nordeste, contudo apenas 13% da renda do país era produzida nessa região<sup>44</sup>.

Essa situação de pobreza era agravada pela ineficiência de políticas sociais e de combate à seca elaboradas e executadas pelo governo federal, mas especificamente pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas).

Nesse período, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno) convida o jornalista Antônio Callado para realizar uma viagem ao Nordeste. Nela, Callado teve a oportunidade de visitar os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, nos quais realizou entrevistas e colheu detalhadas informações, utilizadas na elaboração das reportagens publicadas no jornal *Correio da Manhã*, já abordadas neste trabalho. Nestas, o jornalista denuncia como o dinheiro público era mal utilizado no combate à seca e

como os latifundiários estruturaram um grande negócio para eles a partir dos problemas provocados pela ausência de chuva, ou seja, organizaram uma indústria da seca<sup>45</sup>.

Antônio Callado também tinha realizado essa viagem a pedido do seu amigo Celso Furtado, o qual, no final da década de 1950, trabalhava como economista no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Furtado comandava uma luta para que se adotasse uma nova política econômica para o Nordeste. As denúncias de corrupção feitas por Callado, acerca dos recursos destinados ao combate à seca, em um jornal de grande circulação no Brasil, o *Correio da Manhã*, causaram intensa repercussão na Câmara dos Deputados e no Senado, fortalecendo, de certa maneira, as ações que Celso Furtado planejara desenvolver para o Nordeste<sup>46</sup>.

O presidente Juscelino Kubitschek, diante da repercussão das reportagens de Antônio Callado, procurou obter apoio de parte da opinião pública e com isso tentou pressionar alguns parlamentares contrários às mudanças nas políticas do governo federal executadas no Nordeste<sup>47</sup>. O que se desejava aprovar no Congresso era um novo plano, cujo objetivo consistiria na alteração do modo como se abordava os problemas da região, deixando de se executar ações defensivas e paliativas e passando a implantar um programa positivo, que alcançaria as ditas causas do subdesenvolvimento<sup>48</sup>.

À frente desse novo plano do governo federal estava Celso Furtado, que no início de 1959 apresentou a Juscelino Kubitschek uma série de sugestões para buscar solucionar os problemas do Nordeste. Estas foram organizadas em um projeto, cuja estratégia principal apontava para a criação de uma autarquia federal, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O projeto de Celso Furtado recebeu o nome de Operação Nordeste.

Podemos pensar também a expressão *Operação Nordeste* como sendo um modo de intensificar a representação de que essa parte do Brasil se constituía como uma grave ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, seja pela ação dos comunistas. E era assim que setores do governo federal e da sociedade percebiam o Nordeste. Segundo Celso Furtado, aquela era a mais vasta zona de miséria do hemisfério ocidental<sup>49</sup> e a Operação Nordeste estava sendo estruturada para intervir e mudar todo aquele cenário. A pobreza começava cada vez mais a chamar a atenção de diferentes setores sociais tanto no Brasil como fora dele. Tomando por base as reportagens de Antonio Callado e reforçando a idéia do Nordeste como um problema nacional<sup>50</sup>, o deputado federal Fernando Ferrari afirmou:

Considero tais reportagens um dos mais preciosos testemunhos acerca da grave situação daquela região. Creio ser este um dos documentos mais valiosos e

importantes e, talvez, dramáticos de todos quantos tomei conhecimento, quer através de depoimentos escritos, quer nestas minhas andanças pelo Nordeste e pelas demais regiões do país.<sup>51</sup>

Discursos como esse, que apresentavam o Nordeste como um problema nacional, passam a ser recorrentes nos debates parlamentares e nos editoriais da imprensa de diversas regiões do país no final de 1959. Ao mesmo tempo, parcelas da sociedade começaram a compreender a pobreza do Nordeste, aliada à crescente organização de camponeses, como um problema, mas também como um perigo e uma ameaça.

Para parte da população, a miséria do Nordeste, tão comentada no final da década de 1950, era associada também a atuação das Ligas Camponesas, que organizavam e mobilizavam os trabalhadores rurais. Muitas pessoas acreditavam que esses grupos desenvolviam ações, como greves e incêndios nos canaviais, as quais intranquilizavam aquela localidade do país. Além disso, essas ações seriam lideradas por pessoas subversivas associadas ao comunismo, que explorariam a miséria daquela região para expandir suas atividades subversivas para o restante do Brasil.

Assim, era propalada também a idéia de que os incêndios em canaviais e as mobilizações camponesas, realizando greves e ocupando propriedades, era resultado da ação de comunistas, cujo objetivo era tomar o poder em Pernambuco e em outros Estados do Nordeste; essa idéia foi fortalecida com os resultados da eleição para governador de Pernambuco em 1958. Nessa eleição, foi eleito o usineiro Cid Sampaio com o apoio dos comunistas e socialistas em sua campanha. No ano seguinte, Miguel Arraes se elegeu prefeito do Recife também com o apoio de grupos de esquerda, que passaram a ocupar cargos no executivo municipal<sup>52</sup>.

A atuação das Ligas Camponesas na mobilização dos trabalhadores rurais, os incêndios nos canaviais, as vitórias nas eleições estaduais e municipais de candidatos pertencentes a uma frente de esquerda<sup>53</sup>, organizada a partir de 1955, assim como a miséria de parte da população do Nordeste eram fatores que colocavam essa região, e em especial Pernambuco, na pauta de discussão nacional. É em meio a essa intensa disputa, na qual os grupos políticos, sociais, econômicos e culturais eram classificados de direita ou de esquerda, que o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia é aprovado. Para muitos, essa era uma vitória dos camponeses e, portanto, das esquerdas (entenda-se, notadamente, os comunistas). Esse perigo é comentado na imprensa não apenas como local, mas também como nacional. Para parcelas da sociedade, a desapropriação do Engenho Galiléia vem ratificar e intensificar a imagem de um Nordeste perigoso, e mais destacadamente Pernambuco, que deveria



ser combatido, principalmente porque a possível conquista dos trabalhadores rurais, aliada à intensa ação das Ligas Camponesas, poderia vir a possibilitar as bases de uma revolução camponesa, que, iniciada naquela região, poderia se expandir para todo o país.

Essa era uma idéia muito próxima e recorrente para diversos setores sociais, os quais tinham suas memórias povoadas pelos acontecimentos da Revolução Cubana, na qual um grupo de camponeses tomou o poder e direcionou, posteriormente, o país para o regime comunista. Essa memória passa a moldar a percepção<sup>54</sup> que algumas pessoas tinham das mobilizações sociais ocorridas em Pernambuco, notadamente com a aprovação na Assembléia Legislativa do projeto que autorizava a desapropriação do Engenho Galiléia.

Em fevereiro de 1960, o *Diário de Pernambuco* publicava uma nota em sua primeira página, cujo título era: “Exemplo de Cuba não deverá ser seguido”<sup>55</sup>. O pequeno texto que se segue refere-se à visita do presidente norte-americano Eisenhower a países da América do Sul, incluindo o Brasil. Transcrevendo uma notícia vinda de Berlim, afirma o jornal, no transcorrer da matéria: “A agência noticiosa comunista alemã ‘ADN’ disse hoje que o propósito da visita à América do Sul do presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, é impedir que a América do Sul siga o exemplo de Cuba”<sup>56</sup>.

A narrativa utilizada nessa reportagem é bastante refinada. Primeiro o jornal afirma em sua manchete que o exemplo de Cuba não deverá ser seguido, ou seja, utilizando-se da memória recente de muitas pessoas, o jornal desejava afirmar que o Brasil não deveria promover uma revolução de teor comunista, como tinha acontecido naquela ilha. Para demonstrar o quanto isso era possível de acontecer transcreve-se logo no início do texto uma afirmação de um grupo comunista alemão, o qual considerava que o caminho da América do Sul era seguir o exemplo de Cuba. Por fim, a visita do presidente norte-americano tentaria impedir que isso acontecesse. Esse dado procurava demonstrar o quanto era iminente a expansão comunista, visto que o próprio presidente Eisenhower estava em missão anticomunista, visitando diversos países da América do Sul.

Uma pessoa que lesse os jornais com freqüência ou mesmo estivesse inteirada dos assuntos abordados pelos mesmos talvez não se sentisse surpreendida com esse tipo de notícia. No entanto, poderia começar a ficar assustada com a intensidade pela qual elas se repetiam. Mesmo não sendo essa pessoa oriunda dos grupos conservadores, como os latifundiários, ela poderia pensar que Pernambuco estava tornando-se um local perigoso, principalmente pela ação dos comunistas e das Ligas Camponesas. A miséria do Estado, que provocava uma insatisfação popular, aliada aos incêndios nos canaviais, clas-

sificados por parte da imprensa como criminosos e praticados por subversivos, juntamente com a crescente organização de camponeses, que conseguira desapropriar inclusive o Engenho Galiléia, colocando, de acordo com alguns setores sociais, a propriedade privada em risco, foram elementos que passaram a ser instituidores de um modo de percepção do mundo para um considerável setor da população. Esses elementos foram utilizados para fortalecer o discurso de que a América do Sul, o Brasil e especificamente Pernambuco estavam seguindo o exemplo de Cuba, ou seja, passando para o controle dos comunistas e subversivos.

Nesse sentido, encontra-se o editorial de Malebranche Bernardo intitulado “Duplo perigo abate-se sobre o Brasil”<sup>57</sup>, o qual, em resumo, procura identificar a forma de atuação dos comunistas:

Variando os moldes de suas atividades de acordo com as condições de cada país, têm os agentes do Kremlin usado das mais diversas práticas, que variam desde a revolução pura e simples, a exemplo do que ocorre com o Paraguai e se planeja para os próximos meses para a Bolívia, até as práticas isoladas de desordem pública e dos incidentes sangrentos, como se tem tentado no Brasil e praticado abertamente na Argentina.<sup>58</sup>

O editorial afirma ser a atuação dos comunistas na região sul do continente americano tão intensa que países como o Paraguai e a Bolívia, a exemplo de Cuba, já estariam sofrendo uma revolução comunista. Argentina e Brasil ainda não sofriam tal processo, pois a atuação dos ditos subversivos consistia em fomentar a desordem pública e os incidentes sangrentos. Alguns leitores poderiam pensar que parte da América do Sul já tinha se tornado comunista através de processos revolucionários de tomada de poder. No caso do Brasil, poder-se-ia pensar que a desordem e os incidentes citados na reportagem corresponderiam aos incêndios e a atuação das Ligas Camponesas.

Para a análise desse trecho do editorial, recorreremos também às afirmações feitas por Edward W. Said em seu estudo sobre a construção do Oriente pelo Ocidente:

(...) não se deve nunca supor que a estrutura do orientalismo não passa de uma estrutura de mentiras ou de mitos que, caso fosse dita a verdade sobre eles, partiriam com o vento (...). O que temos de respeitar e tentar apreender é a força nua e sólida do discurso orientalista, os seus laços muito íntimos com as instituições sócio-econômicas e políticas capacitantes (...). O orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoadada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo de teoria e prática.<sup>59</sup>

Edward Said considera o que foi dito sobre o Oriente não como simples invenção fantasiosa, mas como resultado de uma construção teórica e prática da Europa, ligada a instituições sociais, econômicas e políticas, que fortaleceram o discurso estruturador do Oriente. Logo, o orientalismo, enquanto construção européia, não pode ser entendido como simples mentira, mas como um discurso forte que se apresentava sólido e em sintonia com práticas estabelecidas por instituições sociais. O editorial, escrito por Mallebranche Bernardo<sup>60</sup>, também não era uma invenção do nada, a qual seria destruída com a afirmação de uma verdade dita absoluta. Temos de pensar que tal discurso estava pautado em uma visão bipolar do mundo, baseada na dinâmica da Guerra Fria, em que capitalistas de um lado e socialistas do outro procuravam estabelecer uma hegemonia do seu sistema de governo. Além disso, havia toda uma disposição político-econômica e social que organizava esse tipo de discurso e buscava fazer uma parcela cada vez maior da população passasse a vivenciá-lo. Para isso, essas organizações, compostas por diversos grupos sociais, procuravam definir um corpo de práticas, como a de criminalizar os movimentos sociais para fazer com que estes tivessem suas ações enfraquecidas e não fossem percebidos com bons olhos pela maior parte da sociedade.

É nesse período histórico de intensas disputas políticas, sociais, econômicas e culturais que se insere a desapropriação do Engenho Galiléia. De imediato a desapropriação pode ser entendida como uma conquista dos trabalhadores em direção à realização de uma reforma agrária. Contudo, esse não era o único entendimento nem tampouco o mais aceito naquele momento, principalmente pelos setores conservadores. No período em estudo, a luta dos trabalhadores rurais do Engenho Galiléia era percebida por alguns setores como algo perigoso. O deputado Drayton Nejaim, numa sessão legislativa após a aprovação da desapropriação, afirmou: “quero declarar aos meus colegas que se aqui estivesse votaria contra o projeto ‘Galiléia’, porque acho um precedente perigoso, criado para um Estado pobre”<sup>61</sup>.

Podemos pensar que essa declaração não expressava uma opinião isolada, mas era apoiada por outros parlamentares, assim como por outros setores da sociedade, que naquele momento entendiam a desapropriação como uma vitória dos comunistas e, portanto, como uma grave ameaça à propriedade privada e, por extensão, uma quebra da ordem social estabelecida. Por fim, aquela mobilização e conquista camponesas podem ter sido apreendidas como um passo em direção a um processo revolucionário, como ocorrido em Cuba e isso, para muitas pessoas, era algo perigoso, provocava medos e incertezas.

## E no rufar das zabumbas...

Após o final da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada quase no alvorecer de 8 de dezembro de 1959, em que foi aprovado o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, os camponeses acreditavam estar muito próximos de conseguir a propriedade daquelas terras. Restava aos camponeses aguardar a sanção do governador Cid Sampaio.

No restante do mês de dezembro ocorreram as festividades tradicionais de final de ano, mas não a sanção do chefe do executivo ao referido projeto. À medida que diminuía o número de dias remanescentes do ano de 1959, aumentava a expectativa dos camponeses em relação à decisão que o governador de Pernambuco iria tomar.

Neste período que antecedeu a decisão governamental, Cid Sampaio deve ter recebido pressão de diversos setores, tanto daqueles que eram contra como dos que eram a favor do projeto. O governo, nesse período, deve ter sido pressionado por latifundiários e por parlamentares contrários à desapropriação, para vetar a decisão do legislativo estadual. Por outro lado, Cid Sampaio era alvo das pressões de vários outros setores sociais, notadamente grupos de esquerda que o tinham apoiado nas eleições de 1958, a fim de sancionar tal projeto.

Francisco Julião era um dos integrantes desse grupo, afinal ele tinha estado no palanque de Cid Sampaio na campanha eleitoral e pedido voto, notadamente aos camponeses, para o então candidato da UDN. Os camponeses, por sua vez, não ficaram apenas no aguardo de uma definição, tendo ocupado algumas vezes as ruas do Recife, em passeata, com o objetivo de pressionar a sanção do projeto<sup>62</sup>.

O ano de 1960 tinha chegado e com ele o mês de janeiro, sem, contudo, haver uma conclusão para a questão. Porém, às 4 horas da manhã do dia 15 de fevereiro de 1960, a alvorada no Engenho Galiléia acontecia sob muita música de pífanos e com o rufar de zabumbas. Os camponeses acostumados a acordar sob a pressão de um novo dia de trabalho, naquele dia despertavam em meio a muita festividade. Às 6 horas da manhã houve hasteamento das bandeiras de Pernambuco e do Brasil, seguido de salvas de 21 tiros<sup>63</sup>. O ambiente estava extremamente festivo entre os camponeses, pois se comemorava a assinatura do decreto de desapropriação pelo governador Cid Sampaio, que tinha ocorrido na sacada do Palácio do Campo das Princesas.

O dia foi de muitos festejos e discursos por parte de vários políticos e de líderes das Ligas Camponesas que estiveram presentes às festividades no Engenho Galiléia. Foram realizados culto e procissão e distribuído

muito churrasco para os 2 mil camponeses, aproximadamente, que participaram das comemorações. A festa adentrou pela noite com o início de um grande baile<sup>64</sup>.

Mas o decreto assinado pelo então governador, ratificando a decisão tomada pelos deputados, não foi motivo de comemoração para outros setores sociais. Para os latifundiários que se sentiam ameaçados pela mobilização dos trabalhadores, a partir daquele momento era necessário intensificar as práticas e os discursos, a fim de desqualificar qualquer dimensão de vitória dos grupos de esquerda que pudesse ser associada àquela desapropriação. E isso era um conflito de caráter cada vez mais nacional, não estando as repercussões acerca das mobilizações sociais ocorridas em Pernambuco restritas ao âmbito regional. Nesse sentido, situa-se o editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*, cuja discussão central condenava o ato do governador Cid Sampaio, afirmando que o mesmo se caracterizava como um atentado à propriedade privada.

(...) O ato do governador pernambucano vem logo após os atentados praticados pelo governo gaúcho contra a propriedade particular e é da mesma natureza, embora ainda mais grave, por invadir o delicadíssimo problema da propriedade rural, sobre a qual se tem estabelecido tão grande confusão no espírito de alguns propugnadores da reforma agrária. Demonstra debilidades insanáveis de cultura quem ascende a altas posições políticas e administrativas sem a noção de que o combate à propriedade particular representa, em qualquer tentativa de reforma agrária, um retrocesso que nos pode arrastar à própria barbárie. A socialização da terra é um característico de todos os povos primitivos, que só se firmaram na civilização mercê da propriedade particular. É evidente que ninguém pode, com força moral, propugnar os excessos que neste terreno puseram vastos países à mercê de pequenas minorias afortunadas, mas não nos devemos esquecer também de que ferir indiscriminadamente a propriedade da terra será regredir a formas rudimentares de vida econômica, o que alguns incultos reformadores de hoje pleiteiam como novidades da última moda são velharias em que já malograram há dois milênios civilizações como a chinesa e (...) países que marcharam para o caos econômico e político nas suas tentativas de socialização ou distribuição de terras precedidas do menosprezo ao direito dos antigos proprietários. Em ambos os casos, e em virtude de uma evolução suscetível de ser prevista mesmo pelo mais elementar dos raciocínios, essas distribuições e redistribuições de terras estimularam o renascimento, pouco depois, e com excessos muito maiores que os anteriores, da propriedade privada da terra. E se os homens de bom senso quiserem dispensar estas viagens

milenarios em busca de lições históricas, têm ao seu dispor, na atualidade, o trágico exemplo russo, da escravidão rural conseqüente da socialização da terra. (...) <sup>65</sup>

Editoriais como esses estão associados a práticas que procuravam definir dois lugares sociais distintos. Um é o ocupado por aqueles que defendem a propriedade privada. Esse posicionamento é considerado como sendo o caminho para o progresso. O outro lugar é o ocupado por aqueles que, segundo o jornal, lutam para acabar com a propriedade e isso seria um retrocesso, o qual arrastaria o país para a barbárie.

A propriedade privada é o fio condutor do texto, visto que ela é entendida como um dos estágios finais alcançados no desenvolvimento das civilizações. Elaborado esse lugar, executa-se um pensamento determinista para a questão da terra, uma vez que se afirma ser a socialização da mesma uma característica de todos os povos primitivos. Esses povos só alcançaram o *status* de civilização quando organizaram a propriedade. Sendo assim, todos os povos estavam determinados a trilhar tal caminho e aqueles que apresentassem algum desvio, estavam condenados ao caos econômico e político, como no caso da China e da Rússia, de acordo com o jornal.

Esse pensamento, muito difundido no Brasil através de setores da imprensa, buscava estabelecer uma relação natural entre os países comunistas e a escravidão, a pobreza e o atraso cultural, político, social e econômico. Todos esses elementos foram agrupados na narrativa do jornal, que coloca em uma mesma temporalidade histórica os povos ditos primitivos, a China e a Rússia.

Pernambuco, de forma mais direta, e o restante do país, de forma mais indireta, estariam, então, a partir de ações como a do governador Cid Sampaio, se aproximando do comunismo e, por conseguinte, de um possível retrocesso à barbárie, desviando-se assim do caminho, considerado pelo editorial, como sendo o do progresso natural das civilizações, direcionado para a formação da propriedade privada.

O texto do jornal ainda iguala as ações do governador de Pernambuco às do governador Leonel Brizola, o qual era considerado comunista por parcela da imprensa e da sociedade, embora nunca tenha se filiado a esse partido. Afirmando serem da *mesma natureza* as ações dos dois governadores, o editorial d'*O Estado de S. Paulo* busca informar ao leitor que o governante do executivo em Pernambuco tornou-se comunista, mesmo sendo integrante da UDN. Com isso, procurava mostrar o perigo em que se encontrava o país mediante o avanço do comunismo em diversas regiões.

Por fim, o editorial ao associar a escravidão e a barbárie ao comunismo, corroborava para legitimar as idéias de perigo, de ameaça e de medo, que já es-

tariam presentes no Nordeste do Brasil, mais especificamente em Pernambuco, tomando por base o dito retrocesso causado pela socialização da terra. Essa é uma das imagens associadas à desapropriação do Engenho Galiléia e que será instituída como símbolo maior das lutas políticas e sociais do período, para fazer com que parcelas da sociedade fossem subsumidas por um sentimento de medo em face de uma possível desordem social. É com esse conjunto de teoria e prática que os grupos sociais conservadores lutavam para enfraquecer e desqualificar as ações daqueles que propunham realizar uma reforma social.

## RESUMO

Este artigo analisa como o Nordeste – e especificamente Pernambuco, após a desapropriação do Engenho Galiléia em fevereiro de 1960 – foi se tornando cada vez mais o centro das atenções de setores sociais locais e nacionais, os quais tinham medo de que uma revolução comunista ocorresse naquela região do Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Nordeste; Revolução; comunismo; perigo.

## ABSTRACT

This article analyze as the Northeast and specifically Pernambuco, after the expropriate of Engenho Galiléia in February 60's, became the center of the attentions of the social and national sectors that ones were afraid of a communist revolution appeared in that Brazilian's region.

## KEYWORDS

Northeast; Revolution; Communist; danger.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista do CNPq. Contato do autor: pabloporfirio@hotmail.com.

<sup>2</sup> Carlos Luís de Andrade era suplente do deputado Francisco Julião, o qual, por motivos que desconhecemos, estava afastado dos trabalhos parlamentares no final do ano de 1959. Ambos pertenciam ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>3</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*. 1º dez. 1959. p. 3-10.

<sup>4</sup> CALLADO, A. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, p. 34-35.

<sup>5</sup> AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>6</sup> MONTENEGRO, A. T. “Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução”. In DELGADO, L. de A. N. e FERREIRA, J. (Orgs.). *O Brasil republicano*.

*O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 265.

<sup>7</sup> AZEVEDO, *op. cit.*, p. 59-64.

<sup>8</sup> MONTENEGRO, A. T. “As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964”. *Projeto História*. São Paulo, n. 29, tomo 2, 2004, p. 391-416.

<sup>9</sup> AZEVEDO, *op. cit.*

<sup>10</sup> SANTIAGO, V. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001, p. 78. (Coleção Perfil Parlamentar Século XX)

<sup>11</sup> O projeto do deputado Carlos Luís tinha sido apresentado no plenário da Assembléia no dia 1º de outubro de 1959.

<sup>12</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 1º dez.1959, p. 3-10.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>14</sup> As matérias foram publicadas no jornal *Correio da Manhã* entre os dias 10 e 23 de setembro de 1959, e, depois, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. Em 1960, as reportagens ganharam formato de livro publicado sob o título *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. No tópico “Uma operação para o Nordeste” retomamos essas reportagens e explicamos como e porque as mesmas foram produzidas.

<sup>15</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959.

<sup>16</sup> As informações que constituem esse parágrafo foram elaboradas a partir das leituras dos discursos e atas que compõem os *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco* de 7 dez. 1959.

<sup>17</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959, p. 20.

<sup>18</sup> Nos anais da Assembléia Legislativa consta apenas o registro de que os seguintes deputados manifestaram-se em desacordo com a atitude do presidente da sessão: Murilo Costa Rego (PTB), Sérgio Murilo (PRT), Felipe Coelho (UDN), Antonio Luiz (PDC) e José Francisco (PSD). Contudo, nessa documentação não há a transcrição dos pronunciamentos desses deputados acerca dessa questão.

<sup>19</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 1º dez. 1959, p. 53.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> Essa informação foi retirada de trechos de alguns discursos dos parlamentares.

<sup>23</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959, p. 33.

<sup>24</sup> Informação contida no discurso do deputado Elias Libâneo. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959, p. 27. O termo cedo é utilizado pelo parlamentar, porém não fica claro desde que horas os camponeses estavam ocupando as galerias do plenário.

<sup>25</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959, p. 36.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 3.



- <sup>28</sup> CALLADO, *op. cit.*, p. 55.
- <sup>29</sup> *Ibidem*, p. 56.
- <sup>30</sup> *Ibidem*, p. 40.
- <sup>31</sup> CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. V. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 154.
- <sup>32</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959, p. 5.
- <sup>33</sup> Ver Ata da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura de 7 dez. 1959.
- <sup>34</sup> Sobre esses acontecimentos ver CALLADO, *op. cit.*, p. 131-135; MONTENEGRO, *op. cit.*; SANTIAGO, *op. cit.*, p. 92-94.
- <sup>35</sup> CALLADO, *op. cit.*, p. 146.
- <sup>36</sup> *Ibidem*, p. 142.
- <sup>37</sup> Ata da 40ª Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura de 7 dez. 1959.
- <sup>38</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1959.
- <sup>39</sup> MONTENEGRO, A. T. *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*. *Clio*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, n. 22. Recife, UFPE, 2004, p. 219-220.
- <sup>40</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jan. 1960, p. 5.
- <sup>41</sup> *Ibidem*.
- <sup>42</sup> *Ibidem*.
- <sup>43</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 jan. 1960, p. 5.
- <sup>44</sup> PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, p. 85.
- <sup>45</sup> MONTENEGRO, *op. cit.*
- <sup>46</sup> PAGE, *op. cit.*
- <sup>47</sup> MONTENEGRO, “As Ligas Camponesas às vésperas”..., *op. cit.*
- <sup>48</sup> PAGE, *op. cit.*, p. 84-85.
- <sup>49</sup> FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 53.
- <sup>50</sup> A idéia de Nordeste como uma região-problema é trabalhada por Amélia Cohn, a qual acredita e defende em seu livro, que a estrutura econômica dessa área era a responsável, notadamente, pelas tensões políticas e sociais. Esse conjunto de questões, segundo a autora, fez o Nordeste emergir como uma região-problema para o país. COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- <sup>51</sup> CALLADO, *op. cit.*, p. 142 e p. 91-92.
- <sup>52</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise. 1955-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- <sup>53</sup> Essa Frente de Esquerda ficou conhecida como a Frente do Recife e congregava partidos como o PSB, PCB e PTB.
- <sup>54</sup> A relação entre memória e percepção é trabalhada por Henri Bergson, o qual afirma que nós observamos o presente com vários referenciais do passado, ou seja, utilizamos nossa memória para percebermos o mundo. BERGSON, Henri. *Matéria e*

memória. *Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>55</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 fev. 1960, p. 1.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jan. 1960, p. 8.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

<sup>59</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 18.

<sup>60</sup> No período que antecedeu o golpe de 1964, Malebranche Bernardo escrevia, constantemente, artigos que destacavam o perigo do avanço do comunismo no Brasil e em Pernambuco.

<sup>61</sup> *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 7 dez. 1960.

<sup>62</sup> Entrevista de Francisco Julião concedida ao CEHIBRA em 21 de outubro de 1982. Fundação Joaquim Nabuco, p. 46.

<sup>63</sup> Ver *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 e 16 fev. 1960, p. 7 e 3, respectivamente.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 3 fev. 1960, p. 3.